



REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES

FORTALEZA, BRASIL

AB-2172
11 março 2002
Original: francês

DISCURSO DO GOVERNADOR SUPLENTE PELA BÉLGICA
NA SEGUNDA SESSÃO PLENÁRIA

Frans Godts

1. Em primeiro lugar, em nome do Senhor Didier Reynders, Governador pela Bélgica, e no meu próprio, desejo agradecer o país anfitrião, seu povo e a cidade de Fortaleza pela organização desta Assembléia. Embora eu esteja participando de uma reunião da Assembléia pela décima quinta vez, sempre se trata de uma experiência muito útil para manter contato com a região e o Banco. É para mim uma satisfação o fato de a Assembléia se realizar nesta região que reflete os desafios do Continente e da instituição.
2. Concluindo os trabalhos realizados sob a égide do Grupo de Trabalho da Comissão de Governadores, o Banco acaba de ser dotado de novas diretrizes em matéria de compromissos.
3. Paralelamente, o Grupo Assessor Externo apresentou suas conclusões e recomendações visando a permitir ao Banco modernizar-se e servir mais eficazmente seus países membros. Acompanhamos com muito interesse as discussões da Diretoria Executiva e parece-me útil fazer alguns comentários a respeito.
4. O Banco realiza uma atividade intensa com vistas a melhorar os diversos aspectos de suas operações, e a respeito das quais a Bélgica expressa sua satisfação. Cumpre continuar esse esforço: a pertinência das intervenções impõe de fato reconsiderações regulares à luz das lições da avaliação e da medida das conseqüências das operações. À luz dos ensinamentos das análises da eficácia e qualidade em matéria de desenvolvimento, seria conveniente, de modo especial, hierarquizar as várias áreas de atividades a ele autorizados em função de sua contribuição para o progresso dos países mutuários e discernir melhor os vínculos de causalidade entre os diversos problemas que surgem, a fim de concentrar os esforços nos problemas fundamentais e não nos sintomas ou em suas conseqüências.
5. Permitam-me mencionar certos aspectos das conclusões do Grupo de Trabalho que reavivaram a discussão dos méritos respectivos do investimento e do apoio às reformas.
6. Nosso enfoque é prudente no tocante aos empréstimos para apoiar reformas e isso não se deve ao ceticismo a respeito de reformas como tais. As políticas inapropriadas certamente hipotecaram o crescimento. A implementação de recomendações do Consenso de Washington remediou em parte a situação, porém a adoção de boas políticas não produz

automaticamente o crescimento nem a redução da pobreza. Assim, apesar de melhorias inegáveis de suas políticas econômicas, a região teve uma taxa de crescimento inferior à da Ásia, onde um número considerável de instituições e de políticas em vigor não estavam nem estão conformes às normas oficiais, antes de sofrer a desaceleração da economia internacional iniciada há alguns meses. Desde já esperamos que os países mutuários iniciem eles mesmos certas reformas e que o Banco demonstre prudência e seletividade na escolha de reformas cujo financiamento se requer. Isso deverá reduzir o risco de sermos levados a um círculo vicioso de financiamento de déficits. De fato, embora não sejam a resposta mais adequada para os problemas encontrados, essas reformas se traduzirão, na maioria dos casos, em novas reduções da despesa em troca de um financiamento de longo prazo, cujos custos futuros absorverão uma parcela crescente das receitas em detrimento das missões cujo cumprimento já é difícil para o Estado.

7. No intuito de evitar que o recurso ao empréstimo se torne um substituto regular da mobilização de recursos locais, com os perigos que isso acarreta, uma outra via a ser explorada com maior vigor é o aumento das receitas do Estado. Como resultado de problemas de aplicação das leis fiscais existentes, as receitas talvez não representem senão um terço do que deveriam ser. Em outras palavras, uma das razões essenciais do melhor desempenho dos países industrializados é o fato de suas receitas fiscais serem recebidas quase totalmente e permitirem que as instituições cumpram a sua função. A Bélgica tem em grande apreço os esforços envidados recentemente pelo Banco neste campo-chave da modernização do Estado e tem a satisfação de ver alguns países enveredarem por este caminho. Entretanto, o Banco e as autoridades dos países membros mutuários devem empenhar-se de forma mais ativa, levando em conta o custo relativamente modesto deste tipo de operação com relação ao rendimento elevado que podem produzir e sobretudo com relação à liberdade de ação que as autoridades recuperarão nos diversos campos da atividade econômica.

8. Por outro lado, convém evitar superestimar o impacto do investimento direto estrangeiro e acreditar que os investidores estrangeiros surgirão automaticamente graças às melhorias introduzidas no meio ambiente dos negócios. Parece-nos mais prudente que a maioria dos países mutuários confie nas próprias forças, apoiando os investidores nacionais. Por esta razão, é para a Bélgica uma satisfação ver o interesse renovado do Banco com relação às empresas pequenas e médias. A nosso ver, esta ação essencial deverá assentar-se em três bases nas quais possui experiência e vantagem comparativa: a redução de controvérsias administrativas nos programas de modernização do Estado e de boa governança, o acesso ao crédito, sobretudo em períodos difíceis, e o treinamento da mão-de-obra. Estes são também os elementos essenciais para atrair o investimento estrangeiro direto, que procura, entre outros aspectos, empreiteiros locais dinâmicos e mão-de-obra qualificada.

9. Corroborando o recurso aos diversos índices de confiança dos consumidores e das empresas dos países industrializados, um elemento essencial do investimento é a esperança. Para promover o crescimento, o investimento deve ser uma ação coletiva, no sentido de que, mesmo se um indivíduo estiver disposto a investir, ele nada fará se a maioria hesitar em se comprometer. Portanto, é da mais alta importância restabelecer nos principais agentes econômicos locais um clima de confiança, solapada por um período de forte turbulência marcado pelo contágio de 1998, pela crise da Argentina e pela desaceleração da economia internacional. Neste sentido, é essencial que os poderes públicos mantenham a contenção destes últimos anos em matéria de gestão macroeconômica sadia, embora os resultados tardem a se manifestar, como sucede neste momento.

10. Enfim, os novos instrumentos de empréstimo ainda não foram objeto de discussão profunda. As informações disponíveis sobre a maior parte deles são promissoras. Entretanto, alguns se aplicam mais ao financiamento do que ao desenvolvimento e são, salvo prova em contrário, pouco compatíveis com nosso mandato atual. Porém, se há um que merece interesse mais detido é o financiamento dos poderes subnacionais. Há consenso sobre a importância desses níveis de poder no desenvolvimento, porém uma maioria expressa restrições claras a respeito de seu financiamento sem garantia do Estado central. Ora, parece-me útil conciliar os pontos de vista. Imagino que os formuladores dessa proposta demonstrem assim sua confiança nos poderes subordinados e que, portanto, é por razões alheias ao possível recurso a esta garantia que desejem dispensá-la, como, por exemplo, o crescimento da própria dívida, que traria o risco de aumentar o custo de seu crédito. Uma alternativa a ser considerada consistiria em conseguir o acordo prévio do beneficiário do empréstimo não-garantido de que os reembolsos ao Banco sejam deduzidos da fonte de recursos que lhe são transferidos pela autoridade tutelar, a fim de garantir de outra forma o reembolso dos empréstimos. Entretanto, o empréstimo em divisas assumido por entidades dotadas de recursos em moeda nacional implica um risco que as crises recentes nos fizeram recordar.

11. Permitam-me concluir com algumas palavras sobre o relatório do Grupo de Assesores Externos. A principal questão para os acionistas não-mutuários parece-me ser um eventual Novo Aumento de Recursos (BID-9), quando já havia um consenso de que o Oitavo Aumento de Recursos seria a última. Sem dúvida, a questão da pertinência é colocada igualmente em termos quantitativos, quando se considera a amplitude de movimentos de capitais e a dimensão da economia da região. De fato, em base anual, os compromissos do BID representam apenas 1,5 a 2 pontos percentuais do PIB regional. Queiramos ou não, estes aspectos são importantes, uma vez que se trata de enviar uma mensagem e procurar os incentivos adequados para conseguir as respostas desejadas. Por outro lado, por motivo da utilização dos recursos do Fundo para Operações Especiais para o alívio da dívida a título da Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados (HIPC), já se decidiu examinar dentro de alguns anos as necessidades da instituição em termos de recursos concessionais. Portanto, talvez fosse conveniente vincular o exame das necessidades de recursos concessionais à questão mais geral do nível de recursos, dos quais seria desejável que o Banco dispusesse para cumprir sua missão.

12. A última questão a abordar é a pertinência de transformar o Departamento do Setor Privado numa filial autônoma. Esta iniciativa não teria, à primeira vista, impacto sobre os recursos e as missões do Banco, uma vez que se trataria de uma transferência de um para outro no âmbito de uma entidade autônoma com funções e perfis de risco diferentes. A análise dos riscos e as vantagens da fórmula merecem consideração mais aprofundada e a decisão a este respeito deverá ser tomada no nível dos Governadores.

13. A terceira questão importante é a avaliação do valor do capital subscrito pelos países mutuários. O Banco Mundial levanta a mesma questão. Trata-se de uma questão ainda mais pertinente no momento em que a região acaba de atravessar um período delicado marcado por repetidas crises financeiras e se prepara para enfrentar outro período difícil se a recuperação econômica tardar a se concretizar no nível internacional. Será igualmente importante determinar o objetivo desse capital e se é desejável destiná-lo ao aumento de compromissos. Esta área também merece uma análise profunda.

14. Por último, quero aproveitar esta oportunidade para lembrar que a Bélgica continua interessada em organizar uma próxima Reunião Anual da Assembléia Anual do Banco.